

S. NUNO DE SANTA MARIA

Aníbal Pinto de Castro  
*Universidade de Coimbra*

No momento em que a Santa Casa da Misericórdia de Barcelos comemora o seu 509.º aniversário, em boa hora escolheram os seus Irmãos homenagear, ao lado de Nossa Senhora das Misericórdias e da Rainha D. Leonor, sua fundadora, a ímpar figura do Santo Condestável. Foi, com efeito, a perfeita conjugação destes dois grandes motivos que me levaram a aceitar, enquanto Professor e Provedor, o amável convite que me endereçaram para aqui vir dizer simples e parcas palavras sobre a vida e feitos de S. Nuno de Santa Maria.

Espero, pois, poder corresponder à confiança em mim depositada, pelo que, desde já, peço vénia aos ouvidos do estimado auditório para as considerações que, de seguida, vou tecer.

\*

\*       \*

Seduzidos por miragens do que devam ser os grandes espaços internacionais, desfocadas ou condicionadas pela incultura gloriosamente reinante que marca as palavras e as acções dos políticos de hoje, vão os tempos que vivemos muito adversos aos valores de santidade e de pátria que o Condestável encarnou de modo tão exemplar e viveu com uma entrega que se diria apaixonada. Como se a fraternidade entre os indivíduos e as sociedades que eles formam, do magistério de Cristo, Redentor da Humanidade, a sua voz mais sublime, se mostrasse em algum ponto incompatível com a assunção plena de uma condição própria de cada homem e das múltiplas comunidades em que ele, na sua vida terrena, tem por força de integrar-se.

É comum ouvirmos que o reconhecimento das virtudes de santidade, exemplificadas de modo tão evidente na vida e nas obras de S. Nuno de Santa Maria, beatificado por decreto do Papa Bento XV, datado de 23 de Janeiro de 1918, e

canonizado no passado dia 26 de Abril pelo actual Pontífice, encontra obstáculos no facto de ele ter sido rico e de ter passado grande parte da sua vida a lutar pela independência da sua Pátria, o que equivaleria a dizer que os ideais que o nortearam há seis séculos são hoje meros dados da arqueologia histórica, hoje de todo desajustados ou incómodos... E no entanto, os sentimentos de orgulho da Pátria onde nascemos permanecem com tal tenacidade na alma dos homens, que o menor acontecimento os traz à tona para neles descobrir forças insuspeitadas, mesmo quando desencadeadas por motivos de natureza verdadeiramente accidental ou irrelevante. Vejam-se como as multidões se quedam presas dos ecrãs da televisão quando transmitem desafios de futebol, numa fixação a que nem os detentores das mais altas magistraturas da Nação conseguem escapar!...

O objectivo das minhas palavras, que desejaria simples e breves, mas nem por isso menos impressivas e sinceras, será, pois, tentar mostrar como a mensagem que essa figura da História Portuguesa deu na sua época não está emudecida sob o pó do passado, mas continua viva, na perenidade das coisas eternas.

\*

\* \*

Quem era aquele homem que assim entrava, humilde e reverente, sob as abóbadas já então sagradas por séculos de História e de Fé? Como poderemos nós, hoje, definir a sua personalidade, para melhor compreendermos a sua vida e dela mais atentamente tirarmos a lição que encerra e proclama?

Viram-na, durante séculos, na auréola da sua beleza espiritual de cavaleiro e de santo, os olhos de autores tão vários como os do anónimo da *Crónica do Condestabre*, redigida entre 1431 e 1443<sup>1</sup>, de Fernão Lopes, nas Crónicas de *D. Fernando* e de *D. João I*, escritas antes de 1434, mas só impressas em 1644 e 1816, respectivamente, de Rodrigo Mendes Silva, na *Vida y hechos heroicos del gran Condestable de Portugal D. Nuño Alvares Pereyra* (Madrid, Juan Sánchez, 1640), de Fr. Domingos Teixeira, na *Vida de D. Nuno Alvares Pereyra* (Lisboa, na Oficina da Música, 1723), de Fr. José Pereira da Sant'Ana, na *Chronica dos Carmelitas* (Lisboa, na Oficina dos Herdeiros de António

---

<sup>1</sup> Cf. por todos Adelino de Almeida Calado, *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da "Cronica do Condestabre"*, com introdução, notas e glossário. Coimbra, "Acta Universitatis Conimbrigensis", 1991, p. LXXI e segs.

Pedroso Galvão, 1745-1751) ou Joaquim Pedro Oliveira Martins, na *Vida de Nun' Álvares*, de 1893, sem que a tendência hagiográfica e panegirista do seu desconhecido biógrafo e dos cronistas monásticos, ou a preocupação de verdade histórica subjacente à capacidade de recriação das almas e das épocas que tanto embeleza as evocações nascidas da pena do autor do *Portugal Contemporâneo* tivessem alterado substancialmente a luminosa exemplaridade que essas duas componentes para sempre lhe imprimiram.

Nasceu Nuno Álvares a 24 de Junho de 1360, no castelo do Bonjardim, filho do Prior do Hospital Álvaro Gonçalves Pereira, “o qual — no dizer do biógrafo anónimo quatrocentista — foy grande e honrado e rico de muytas riquezas e de muytas virtudes, ca era nobre de condiçam e bõ cavalleyro e muy entendido”<sup>2</sup>, e de Iria Gonçalves do Carvalhal, “huãa muy boã e muy nobre molher e estremada em vida açerca de Deos depois que ouve aquelles filhos, e viveo em grande castidade e abstinencia, nom comendo carne nem bevendo vinho per espaço de quorenta annos, fazendo grandes esmolas e grandes jejũus e outros muytos bês”<sup>3</sup>.

Como se vê, se os pecados eram grandes, as penitências procuravam resgatar as almas das manchas que eles nelas deixavam!...

Andava pelos treze anos, quando seu pai o trouxe à corte, então em Santarém, no tempo em que o Rei Henrique II de Castela invadia pela segunda vez Portugal, chegando a Lisboa. E para sempre ficaria ao serviço de D. Fernando.

Não era tranquila a cena política da Península naquele final do século XIV, pois não ficava isenta das lutas que então agitavam a Europa no grande teatro da Guerra dos Cem Anos, a partir do momento em que o Príncipe Negro, filho de Eduardo III de Inglaterra passou a apoiar D. Pedro, o opositor de Henrique ao trono castelhano. E em breve tudo se complicaria com o alargamento da luta ao seio da própria Igreja, quando, na sequência da morte do Papa Gregório XI, em 1378, a eleição de Urbano VI se viu contestada pelo povo romano e por uma parte do conclave, de que resultou a eleição de Clemente VII, que abandonou Roma e se fixou em Avinhão, dando assim lugar ao Grande Cisma do Ocidente.

---

<sup>2</sup> *Estoria...*, ed. cit., p. 2.

<sup>3</sup> *Ib.*, p. 3.

No dizer de Alexandre Herculano “a época dos reinados de D. Fernando e D. João I [foi] incontestavelmente a mais dramática da história portuguesa”, pois “os grandes vultos históricos desse tempo — os personagens extraordinários, diríamos quase homéricos, que então surgiram — os caracteres profundamente distintos, e altamente poéticos, quer pela negrura, quer pela formosura moral: — todos nasceram da situação social do país: foram o resultado e o resumo deste, e por ele somente se podem compreender, avaliar e explicar”<sup>4</sup>. Em tal situação requeria-se mão forte e provada experiência política, qualidades que manifestamente faltavam ao monarca português, para mais enredado no encanto amoroso e nas intrigas paixões de Leonor Teles.

É, pois, neste clima conturbado e instável que vai decorrer a vida pública do jovem, mal saído dos carinhos maternos para um conhecimento da vida e dos homens que, mesmo para aquela época em que os rapazes eram homens mais cedo, requeria maior calo do que o dos seus devaneios de adolescente. E no entanto a sua personalidade define-se desde muito cedo, em função daquelas duas linhas dominantes do seu carácter.

“Era moço [...] muy vergonhoso e misurado”. Não admira por isso que logo captasse a benevolente simpatia da sedutora *Flor de Altura*, que de imediato o escolheu para seu escudeiro, manifestando o desejo de ali o armar por suas mãos, mas não havia armadura que lhe servisse. Alguém se lembrou então de um arnês que pertencera a D. João, Mestre de Avis, e poderia assentar à sua gentil compleição. E assim aconteceu. Foi como se naquela partilha das armas estivesse já o prenúncio da parceria que, volvidos dez anos, havia de salvar a independência portuguesa.

O serviço do paço e a privança não o impediu de fazer o tirocínio das virtudes e manhas militares, segundo os modelos que a cavalaria instaurara por toda a Europa, graças à difusão da matéria arturiana e aos ensinamentos que ia recebendo de seu tio Martim Gonçalves do Carvalhal. O seu modelo de valentia, sagesa e pureza era então Galaaz o herói da *Demanda do Santo Graal*, cuja leitura lhe povoaria de sonhos os dias e as noites. Mas o pai, desejoso de lhe assegurar vida farta e honrada, tratava de o casar, apesar de contar apenas 16 anos e meio, com D. Leonor de Alvim, uma rica dona viúva de Entre Douro e Minho. Como conciliar, pois, os planos do pai com aquele ideal que lhe ensinava como “per virtude de virgindade que em elle ouve e em que perseverou, Galaaz

---

<sup>4</sup> *Opúsculos*. Tomo IX, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 240-241.

acabara muytos grandes e notavees feytos que outros nom poderom acabar”, pelo que “desejava muyto de o parecer em algũa guisa e muytas vezes em sy cuydava de seer virgem se a Deos prouvesse”?<sup>5</sup>

Pedi para reflectir sobre tão delicada matéria. Não foi fácil convencê-lo. Era, porém, filho obediente e, pressionado pela mãe, pelo primo Álvaro Pereira e por seu cunhado Álvaro Gil de Carvalho, acabou por aceitar a proposta, tendo o biógrafo o cuidado de acentuar, no entanto, que quando se consumou o casamento, no Bonjardim, a 15 de Agosto de 1376, a noiva se conservava donzela, pois seu primeiro marido nunca bíblicamente a conhecera. Era como se, naquele dia de Nossa Senhora de Agosto, o casamento não perturbasse o halo místico que lhe havia de marcar toda a vida.

Destacado para a frontaria do Alentejo, ali iniciaria de verdade a sua vida militar, mantendo, porém, nela os mesmos ideais de bom cavaleiro cristão, preocupação claramente visível na ardidez com que desafiou João de Ançores, filho do Mestre de Santiago de Castela<sup>6</sup>.

A morte de D. Fernando, ocorrida a 22 de Outubro de 1383, viria tornar mais aguda e dramática a situação, sobretudo pelos problemas de sucessão que com ela se levantavam, visto que a sua única filha casara com D. João I de Castela.

Desde o primeiro instante Nun'Álvares não hesita em manifestar a sua má vontade contra a própria Rainha Leonor Teles e quantos com ela se conjuravam em detrimento dos interesses portugueses. Todos os biógrafos registam um caso que me parece deveras significativo dessa atitude. Celebravam-se em Elvas os esponsais de D. Beatriz com grande alegria da Rainha, apesar da ausência de D. Fernando, que, minado pela tísica e pelos desgostos, arrastava os seus últimos dias em Lisboa. Por “mesura”, não se apressou Nun'Álvares, que estava com seu irmão Fernão Pereira, em tomar os lugares que lhes estavam destinados numa das mesas principais e quando se quis sentar estava tudo ocupado de portugueses e, sobretudo, de castelhanos, que deles não fizeram conta, apesar de serem bem conhecidos e estivessem ataviados de festa. Demos agora a voz ao saboroso dizer de Fernão Lopes:

---

<sup>5</sup> *Estória.*, p. 9.

<sup>6</sup> Cf. *Estoria de Nun'Alvrez*, cap. X.

“Nun’Álvares, veendo a mesa chea e que nom tinham onde se assentar, disse já quanto de sanhudo contra seu irmão: ‘Nós nom teemos honra de mais estar aqui, mas parece-me que é bem que nos vaamos pera as pousadas; pero ante que nos vaamos, eu quero fazer que estes que nos pouco prezarom e rrirom de nós, que riamos nós deles e fiquem escarnidos’. Estonce, passeando mui manso, chegou-se ao cabo da mesa, vendo-o el-rei d’u siia asseentado, e com os geolhos derribou o pee da mesa e deu com ela em terra. Os que a ela siiam ficaram espantados, e el com seu irmão se partirom da sala tam assessegados come se nom fizessem n~eũa cousa. El-rei que esto bem vio, preguntou que homens eram aqueles, e disserom-lhe como forom convidados e ouverom de comer naquela mesa e que os que siiam nom fezerom deles conta nem lhe derom logar em que se assentassem, ‘Sei que se vingarom bem, disse el-rei; e quem tal cousa cometeo em este logar, sentindo esto que lhe foi feito, pera muito mais será seu coração’<sup>7</sup>.

Era mais um sinal de predestinação dos feitos que no futuro viria a cometer, contra aquele mesmo que lho augurava!...

A partir daquele momento, a sua decisão estava tomada. Ficaria com o Mestre, sem que ninguém (nem a sua própria mãe!) disso o pudesse demover. Quando, pouco depois, o povo de Lisboa se revolta contra a Rainha e mata o Conde Andeiro, aclamando-o como seu regedor e defensor, Nun’Álvares estava em Santarém. É então que se passa a célebre profecia do alfageme que séculos depois Garrett viria a pôr em teatro<sup>8</sup>. Quando queria pagar a um alfageme o trabalho de lhe ter corrigido uma espada, ouviu dele estas palavras: “— Senhor, eu por ora nom quero de vós nenhũa paga, mas hirees muito em boa ora, e tornareis per aqui Conde d’Ourém, e entom me pagarees o que mereço”<sup>9</sup>. Dá-se pressa em chegar a Lisboa para levar ao Mestre de Avis o apoio do seu braço e a força da sua fé. Este acontecimento assume tal importância na história da revolução fundadora da nova Dinastia que Fernão Lopes, que já dele largamente falara na *Crónica de D. Fernando*, julga justo e oportuno introduzir, no início da primeira parte da *Crónica de D.*

---

<sup>7</sup> *Crónica de D. Fernando*. Ed. crítica por Giuliano Macchi. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p. 571-572 (cap. CLXVI).

<sup>8</sup> Composto em 1841 *O Alfageme de Santarém* foi pela primeira vez editado no ano seguinte em Lisboa, na Imprensa Nacional.

<sup>9</sup> *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memória*. Parte I. Intr. de A. Braamcamp Freire. Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1915, p. 63 (cap. XXXVI).

*João I* um capítulo, o XXXI, que intitulou *Razões do autor desta obra ante que fale dos feitos de Nun'Álvares*, como se de um novo prólogo se tratasse. Diz ele:

“E podendo nós largamente ordenar seus prudentes feitos, isto seeria a nós graciosa renembrancha, e cousa mais doce que ligeira de fazer. Mas quem poderá dignamente contar os louvores deste virtuoso barom, cujas obras e discretos autos, seendo todos postos em escripto, occupariam gram parte deste livro?”<sup>10</sup>

E, com base na *Crónica do Condestabre*, retoma toda a sua biografia, desde a enumeração da sua linhagem, o seu casamento e tudo quanto com ele se passara até àquele momento, em que chegava a Lisboa “pera o Mestre”, deixando, aqui e além, breves pinceladas que constituem outros tantos traços do seu retrato físico e moral, de que dou apenas um exemplo:

“...era de pouca e branda palavra, e seu boom gasalhado e doces razões contentava muito a todos. Ele era mais monteiro que caçador, como quer que de todo usasse quando compria. Em sua casa avia de cote doze e quinze escudeiros, e viinte e trinta home~es de pé. Segundo a terra require; e estes todos boõs e bem home~es pera feito, ca el nunca se doutros contentava nem contentou em seus dias”<sup>11</sup>.

Não poderemos neste momento seguir a incansável e multímuda acção militar que iria desenvolver, nomeadamente como fronteiro do território entre Tejo e Guadiana. Procurarei tão-só sublinhar alguns dos acontecimentos ou observações que melhor o definem, para além das suas excepcionais qualidades de grande estratega e cabo de guerra, sempre “mui sages e em toda cousa ardido”<sup>12</sup>, no dizer do grande artista da prosa medieval portuguesa.

E seja a primeira a fé, manifestada em cada acto da sua vida, na paz como na guerra, pois, “veemdo como nõ soamente nas grandes cousas, mas aimda [nas] muito

---

<sup>10</sup> *Ib.*, p. 55 (cap. XXXI).

<sup>11</sup> *Ib.*, p. 61 (cap. XXXV).

<sup>12</sup> *Ib.*, p. 281 (cap. CLII).

pequenas devemos sempre demandar a ajuda daquell Senhor, sem o qual nenhuma coisa pode aver bom começo nem fim, propos em sua alma aver Deus por guizador principal de seus feitos, e ordenar os autos mundanaes, quanto sua humana fraqueza acerca de cada huã bem podesse encaminhar”<sup>13</sup>. Esse profundo e sincero sentido da presença de Deus e da Virgem no seu quotidiano encontrou nos símbolos heráldicos escolhidos para a sua bandeira uma das suas expressões externas mais ricas: em campo branco, uma cruz vermelha ao meio; no primeiro quartel, a imagem de Cristo crucificado, ladeado pela Virgem e S. João Evangelista - *juxta Crucem*; no segundo, a Virgem com o Menino Jesus ao colo; no terceiro, a imagem de S. Jorge orante; e no quarto, Santiago também orante, tendo um e outro os bacinetes junto de si. Nos quatro cantos da bandeira, quatro escudos pequenos com as suas armas, que eram uma cruz branca em campo vermelho, aberta pela metade. Deste modo ao estender o balsão onde tal cumprisse fazer, vendo diante de si “a figura do Salvador e da sua preciosa Madre, mais devotamente achemdesse o seu coração para os chamar em sua ajuda”<sup>14</sup>.

E nas horas de perigo, aquele homem de ferro, depois de animar os seus homens de armas, com a facúndia dos prudentes e a serenidade dos fortes, sem respeitos humanos nem pressa de temor, rezava. Foi assim nos Atoleiros, onde, depois de recomendar aos seus soldados que se encomendassem a Deus e à Virgem Sua Mãe, de lhes lembrar que vinham ali para defenderem as vidas, a fazenda e a liberdade da pátria, encarnada na pessoa do seu Rei, e de os animar ao combate, “fincou os joelhos em terra, e fez oração a a imagem do Crucifixo, e da sua preciosa Madre que tragia pintada em sua bandeira; e isso meesmo todollos seus os joelhos em terra com as mãos alçadas fizeram sua oração, e muitos delles choravam; e beijou a terra e alçouse em pé; e pôs seu bacinete sem cara, e tomou a lança nas mãos que lhe tragia o page, e disse contra os seus: Amigos, não duvide de mim; e todos aquelles que me ajudardes, Deus seja aquelle que vos ajude; e se eu aqui morrer por vossas culpas a mimgoa, Deus seja aquelle que vos demande minha morte”<sup>15</sup>.

Era Nun’Álvares um excelente psicólogo e não menos bom retórico, pois sabia falar para mover os corações e decidir as vontades. Ainda que muitas das suas falas em

---

<sup>13</sup> *Ib.*, p. 147 (cap. LXXXVIII).

<sup>14</sup> *Ib.*

<sup>15</sup> *Ib.*, p. 159 (cap. XCV).

discurso directo possam atribuir-se à arte dos cronistas e biógrafos, tenho para mim que assim aconteceu porque o conhecimento directo ou a tradição dela haviam conservado essa capacidade. Bastaria lembrar a sua fala nas Cortes de Coimbra e em tantas outras situações em que assumiu papel decisivo. Aliás, dessa tradição se fez eco o próprio Camões quando, n' *Os Lusíadas*, ao narrar o conselho realizado imediatamente antes da Batalha de Aljubarrota, lhe atribui uma fala de cinco estrofes, contra os pusilânimes, na última das quais se lê:

“Eu só, com meus vassalos e com esta  
(E dizendo isto arranca meia espada),  
Defenderei da força dura e infesta  
A terra nunca de outrem sojugada.  
Em virtude do Rei, da pátria mesta,  
Da lealdade já por vós negada,  
Vencerei não só estes adversários,  
Mas quantos a meu Rei forem contrários”<sup>16</sup>.

Eleito Rei, fê-lo D. João I, Condestável de Portugal. Ao contar essa promoção, no capítulo final da sua *Crónica*, aproveita Fernão Lopes a oportunidade para, com raro sentido da organização do discurso cronístico, dele dar um magnífico retrato em corpo inteiro, que enunciasse ao mesmo tempo as razões daquela decisão, escrevendo, assim, uma página magnífica beleza poética.

Naturalmente que esta entrega à causa do Mestre de Avis, que era a causa de Portugal, não podia ficar sem recompensa. A vida fora entretanto correndo com as alegrias e desgostos que sempre comporta e traz consigo. Em 1388 morrera-lhe a mulher, sendo a filha confiada aos cuidados da avó, D. Iria Gonçalves. O novo Rei sabia quanto a coroa que agora cingia ficara a dever ao esforço do seu devotado companheiro de armas. Deu-se pressa por isso em compensá-lo, concedendo-lhe larguíssimos bens, o primeiro dos quais foi o condado de Ourém. A profecia do Alfageme cumpria-se. Mas com ela vinham também Vila Viçosa, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo, Alamada, Sacavém, com os seus reguengos, e Barcelos; o serviço real dos judeus de

---

<sup>16</sup> *Os Lusíadas*, IV, 19.

Lisboa e Porto de Mós, Rabaçal, Bouças, Alvaiázere, as Terras de Pena e de Basto, do Arco de Baúlhe e de Barroso e, em préstamo, todas as rendas e direitos reais de Silves e Loulé. Tão grande fora a benesse que “diziam os que esto virom que esto for a a mais fremossa doaçam que nenhuum rey que na Espanha fosse fezesse a alguum seu vassallo com que divedo nom ouvesse, estimando as villas çercadas e terras chaans que sua renda passava de dezasseis mil dobras”<sup>17</sup>.

Era um sinal, aliás bem suculento, da época a que Fernão Lopes, “como quem jogueta, per comparaçom”, chamou a sétima idade dourada, “na quall se levantou outro mumdo novo, e nova geeraçom de gentes; porque filhos d’hom~ees de tam baixa condiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamandosse logo de de novas linhage~es e apellidos. Outros se apegaram aas antiigas fidallguias, de que ja nom era memoria, de guisa que per dignidades e homrras e offiçios do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montaram tamto ao deamte, que seus deçendentemtes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta. E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores dos home~es, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera asi per seu gramde e homrroso estado, que taees ouve hi que tragiam comthinuadamente comssigo viimte e trimta de cavallo; e na guerra que sse seguio os acompanhavom trtzentas e quatroçemtas lamças e alguũs fidallgos de linhagem”<sup>18</sup>.

Os sinais de promoção eram essencialmente de duas ordens — o enriquecimento e a nobilitação; e, para Nun’ Álvares, esta, que começara com a concessão do Condado de Ourém, iria encontrar digno complemento no casamento de sua filha com o D. Afonso, filho natural do Rei, a quem logo foi atribuído o título de Conde de Barcelos. Estamos em 1401.

No auge do poder e da grandeza, porém, novas dores viriam atribular a sua alma amorável, sobretudo a partir do momento em que a filha faleceu em Chaves, cerca de 14 anos depois. O sofrimento acrisolava a fê e o silencioso e humilde remanso do claustro sorria cada vez mais à sua alma cansada das incertezas do mundo.

---

<sup>17</sup> *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria*. Parte segunda [...] agora copiada por William J. Entwistle. Lisboa, Imprensa Nacional 1968, p. 129 (cap. LII).

<sup>18</sup> *Crónica de D. João I*, Primeira Parte, p. 308-309 (cap. CLXIII).

Ainda entusiasmou os Infantes à empresa de Ceuta e aí os acompanhou como rijo cavaleiro ruço, mas em 1422 reparte as suas terras e títulos pelos netos, despoja-se dos seus bens em favor de familiares e dos mais necessitados, para, a partir de Julho, estabelecer residência no Convento do Carmo, em Lisboa, que edificara de raiz, numa espécie de glorificação visível do culto prestado à Mãe de Deus, sob cuja invocação fundara igrejas em Vila Viçosa, Monsaraz, Portel, Sousel, entre várias outras.

O barro purificava-se pelo despojamento dos bens materiais e pela entrega mais completa à vida de oração:

“E este em seus dias rezava suas oras, levantan-se continuadamente a rezar aa mea noyte como hum religioso, e esto em quanto no mundo viveo, e depois que se apartou a servir a Deos, emquanto o fazer pôde. E jejüava tres dias na somana sempre emquanto foy em hydade que podia soportar, convem a saber, à quarta feyra e sesta e sabado e todollas festas e dias que a Ygreja manda guardar, como fiell catholico. Era muy caritativo a todos, espicialmente aos pobres. E este, de todollos dinheyros que a sua casa vinham, asy de suas rendas como dos que lhe el-rey fezesse marçee, ou em qualquer outra maneira que lhe viessem, logo delles era apartado o dizimo de todos, e os dinheiros deste dizimo eram dados todos por amor de Deos a pobres. E em cada hum anno dave de vestir aos pobres de suas terras...”<sup>19</sup>

A 15 de Agosto de 1423 (mais uma vez em dia da Assunção de Nossa Senhora!) professava na Ordem do Carmo, tendo-lhe feito doação, a 28 de Julho anterior, da igreja e convento que a expensas suas edificara em Lisboa. Contava 63 anos de idade. O arnês dava lugar a uma pobre túnica talar, com escapulário comprido e uma espécie de murça curta, de estamenha e as galas dos paços régios a uma desguarnecida cela, em cujas paredes nuas apenas avultava o Crucifixo. Outros adornos, apenas cilícios e disciplinas. A cama, cobriam-na umas grosseiras mantas, mais de mortificação que de agasalho. “O Condestável estava morto e amortalhado”, no dizer de Fr. José Pereira de Sant’Ana, para dela nascer Fr. Nuno de Santa Maria<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> *Estoria de Nun’Alvrez*, ed. cit., p. 199-200.

<sup>20</sup> *Op. cit.*, Tomo I, p. 418.

Foram baldadas as instâncias do Rei e dos Infantes da Ínclita Geração, mormente de D. Duarte, para que mudasse de resolução. Foi inabalável. Apenas consentiu em não esmolar pelas ruas, aceitando a esmola apenas da caridade de el-Rei.

Um único afecto mundanal persistia vivo na sua alma — o amor da Pátria.

Chegando a Lisboa um embaixador do Rei de Castela, mostrou desejo de o conhecer, admirado que vinha daquela mudança. Perguntou-lhe então “Por que causa despiria aquela mortalha”.

“Respondeu logo, - tão prudente quanto severo -, “Que só uma o moveria, que vinha a ser se el-Rei de Castela outra vez movesse guerra contra Portugal; e que nesse caso, enquanto não estivesse sepultado, havia de servir juntamente à Religião, que professava, e à Pátria, que lhe dera o ser”.

E reza outra versão da lenda que, naquele momento, apartando o escapulário, se lhe mostrara já armado por baixo do hábito”<sup>21</sup>.

De outra vez, conversando em assuntos de guerra com algumas pessoas dadas às artes militares, no eirado do convento que dava sobre o Rossio, afirmava com modéstia que muito lhe custaria ter vida e deixar de servir a Pátria contra os seus inimigos. Alguém lhe observou que dado o seu estado e a sua idade, já não lhe seria fácil manejar as armas com o mesmo vigor com que metera tantas lanças em Castela. Tomando uma da mão de um dos soldados presentes, lançou-a pelos ares com tal força, que foi cravar-se numa porta do outro lado da praça, em baixo, enquanto dizia: *Em África a poderei meter...* foi tão forte a impressão que o seu gesto e as suas palavras causaram nos presentes que a expressão havia de perdurara viva na linguagem corrente até aos nossos dias.

O povo, entretanto continuava a alimentar-se da fartura da sua caldeira, acoorendo em chusma à portaria do convento. E, agradecido, cantava reverente esta tonadilha:

“O gram Condestabre  
em o seu mosteiro,  
dá-nos sua sopa,  
mai-la sua roupa,  
mai-lo seu dinheiro.

---

<sup>21</sup> *Ib.*, p. 444.

A bençom de Deus  
caiu na caldeira  
de Nun' Alvres Pereira,  
que avondo cresceu,  
e todolo deu.

Se comer queredes,  
nom vades além;  
d' u menga nom tem,  
aí lo comeredes,  
como lo vedes<sup>22</sup>

Soou pela cidade a nova de que estava prestes o seu passamento. Acorreu o povo, o Rei e os Infantes, para o acompanharem no transe da agonia. O velho Rei curvava-se em lágrimas sobre o velho amigo e companheiro que, no dizer do cronista monástico, tivera “ocupadas sempre em seu serviço ambas as mãos, ocupadas, [e] com uma lhe [coroara] a cabeça, e com outra lhe [defendera] os domínios”. D. Duarte e os irmãos acompanhavam o Pai em tais sentimentos de grata e dolorosa veneração. E por entre a geral consternação de todo um povo, o se espírito voou ao encontro do Pai, nos braços amorosos da Virgem que tanto venerara ao longo de toda a vida. Estava-se a 1 de Novembro de 1431, dia em que a Igreja celebra a festa de Todos os Santos.

Recolhamo-nos na evocação daquele momento da assunção da sua alma e tiremos da sua vida as lições que ela encerra para a nossa actualidade de Portugueses do século XXI.

Foi soldado e procurou a paz, mas aquela paz que não envergonha nem envilece os homens como indivíduos e como partes da comunidade que, ao longo dos séculos, o tempo e a história consagraram nessa realidade a que chamamos Pátria. Não numa perspectiva de chauvinismo estreito, porque fechado na contemplação saudosista de um passado onde tantas vezes a luz não chega para dissipar de todo as sombras que a fraqueza desses mesmos homens adensou. Mas numa salutar abertura que, de olhos

---

<sup>22</sup> *Ib.*, p. 439.

postos no passado, sabe encontrar nos homens e nos factos que o forjaram a força revitalizadora das almas e das vontades para viverem à luz forte do presente os valores eternos que a colectividade que somos forjou e a memória fez chegar até nós, através da tradição, no sentido etimológico de *TRADERE*, que significa ‘transmitir, legar por herança’.

É o nosso um tempo de crise, porventura bem mais dramático do que aquele em que Nuno Álvares Pereira combateu e orou.

Não queiramos viver hoje como se vivia há seis séculos. Mas será inútil que actualizemos os valores eternos que o tempo não mata nem sequer corrói? Valores que se consubstanciam, como os do S. Nuno de Santa Maria, no amor de Deus e do próximo, pela caridade (também aqui no sentido etimológico de Amor!), mas por uma caridade que se pode e deve conjugar com a firmeza dos princípios e das crenças que são, afinal, a essência, da mensagem de Cristo aos homens de boa vontade?

Por mim, creio sinceramente que não. E não será vergonha nem fraqueza, nem reaccionário passadismo lutarmos pela renovação da mensagem que a sua vida continua a proclamar. Digamos, pois, a Deus como na sua missa votiva: *intercedente beato Nonio Confessore tuo, tibuas ab hostium insidiis jugiter liberari, et contra omnia protectione muniri.*